

Ao vigésimo sexto dia do mês de julho de 2021, ocorreu virtualmente, na plataforma Zoom, a reunião acerca da criação de um Parque Marinho no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA) com representantes da Fundação Florestal (FF) e operadores de mergulho de Ubatuba. A reunião teve início às 10:05. Priscila agradece a presença de todos e pede para que todos se apresentem. Os presentes foram Pedro Paulo (Omnimare), Marco Richetto e Adriana Machado (fazem charter para operadoras de mergulho e atuam somente na Ilha Anchieta), Fernando (Scubatuba), Cezar Torres (Scubalab), Priscila Saviolo (PEIA/FF), Rodrigo Victor (FF), Diego Hernandez (DLN/FF), Gabriela Carvalho (PEIA/FF). Priscila inicia a apresentação para contextualizar a proposta. Pedro Paulo comenta que na área também há a presença da Baleia-de-Bryde. Diego expõe que a FF entende que este projeto seja um grande fomento à atividade do mergulho. Aponta que os operadores conhecem a área muito melhor e que vêm percebendo as mudanças nas atividades turísticas, no mercado de mergulho e fluxo de turistas. Expõe que, somado ao ordenamento e análise de impactos na biodiversidade na Ilha das Couves, o ordenamento da Ilha Anchieta entra em um pacote de fomento ao setor. Expõe que a FF quer mais pessoas mergulhando na Ilha Anchieta e busca esse fomento e resgate dessa economia, que já foi maior. Pedro Paulo expõe que há uma expectativa de saber o que vai mudar na atividade deles, após a criação do parque. Diz que acredita que irá melhorar na proteção da biodiversidade e a fiscalização e que vem observando um aumento na poluição da água e uma diminuição na qualidade da mesma, indicando que isso é resultante de atividades em terra e esgoto não tratado, não do mergulhador, nem das embarcações. Diz que se percebe a perda da biodiversidade, que os corais estão diminuindo e que este material particulado está forrando a comunidade bentônica. Diz que a visibilidade da água também está bastante comprometida. Apesar de haver a riqueza, a visibilidade não é boa e acabam por optar por outros destinos. Diego diz que está ciente e que há interesse que haja uma operação mais diária e que já há uma conversa sobre que tipo de fomento pode ser dado ao setor. Expõe que há dados da CETESB sobre a qualidade da água e sobre a fauna, mas que o que está faltando é um monitoramento ativo das correntes e da poluição difusa. Há uma perspectiva de ter um instrumento de monitoramento. A solução para melhorar a visibilidade não é simples, pela proximidade da ilha ao continente e dificuldade em controlar a poluição difusa. Aponta que o que precisa é monitorar e buscar soluções e que o próprio melhoramento do saneamento do PEIA já será positivo. Priscila concorda com os apontamentos de Pedro sobre o esgoto doméstico e que o fato de ser um parque levará a ter um programa de monitoramento e que ser uma UC de proteção integral irá facilitar a cobrança por mitigações de impacto nos processos de licenciamento ambiental. Expõe que a respeito da atividade do mergulho, esta atividade não ocorre com muita frequência, como o turismo náutico, por isso não consegue identificar uma ação imediata de ordenamento da atividade, mas que podem ser pensadas ações para que seja incentivada a atividade e que esta ocorra com mínimo impacto. Aponta que é importante a construção conjunta e que este setor esteja no conselho da unidade. Marco expõe que leu o relatório técnico e que os valores colocados para a capacidade de mergulho são irrealistas. Diz que há muita dificuldade em trazer mergulhadores para Ubatuba e pergunta, financeiramente, o que será alterado em relação a taxas. Comenta que nos casos da Laje de Santos e Alcatrazes os operadores estão desistindo de ir por causa das taxas. Expõe que não tem números de mergulhadores para fazer uma operação grande, que já foi preciso diminuir as embarcações. Aponta que a ideia de que a criação do parque irá atrair mergulhadores é

utópica, porque as pessoas não operam em Ubatuba porque é caro, não porque as condições ambientais não são boas e teme que a operação fique mais inviável, perguntando novamente sobre como serão afetados. Diego expõe ações realizadas recentemente na Laje de Santos para suspender as taxas. Expõe que para o PEMTP não irão adotar taxas para embarcações operadoras, pois isso irá afastar o setor e não é essa a intenção. Diz que não há credenciamento para operadores de mergulho, mas que se o setor considerar importante, poderá ser feito. Aponta que a atividade de mergulho tem que estar livre para poder crescer e que medidas de restrição virão somente se necessário, caso no futuro venha a ter impactos e que isso não será feito através de taxas. Priscila aponta que a menção da Laje foi no sentido de mostrar a experiência adquirida pela FF com esta atividade. Cezar aponta que Ubatuba é seu palco para checkout e comenta que dá palestras sobre impactos no ambiente marinho. Diz que houve uma grande falta de interesse em mergulhar nestes locais (Laje e Alcatrazes) pelo grande custo da operação. Comenta que em Ubatuba os emissários, as construções costeiras e a falta de tratamento da água impacta muito a atividade deles. Expõe que a sazonalidade, a qualidade da água e o custo são problemas grandes e isso acaba afastando o turista de Ubatuba. Pedro expõe que o custo é impactado primeiramente pela taxa e pela obrigatoriedade de um monitor para acompanhar as operações, o que inviabilizaria a operação para a Ilha Anchieta. Sugere que a instalação de poitas em todos os pontos de mergulho é fundamental e melhoraria muito a atividade. Expõe que estes pontos seriam os indicados no passaporte azul e que as poitas podem até ser submersas. Sugere que o que não pode ocorrer é definir com antecedência o ponto de mergulho, pois as condições climáticas mudam muito rápido e não tem como prever e que não pode haver duas operações ocorrendo no mesmo ponto. Sugere que se crie uma plataforma para que os mergulhadores compartilhem a vida marinha documentada e que haja incentivo à retirada de lixo no fundo do mar. Diego destaca que a FF já aprendeu com os resultados da portaria da Laje de Santos e que para o PEMTP, as normativas serão construídas conjuntamente, com os operadores como parceiros. Pede que as propostas do setor sejam documentadas, pois o momento ainda é de consulta e no futuro que serão pensadas as ações de regulamentação. Destaca novamente a presença do setor no conselho da nova unidade e que a documentação das propostas será mais um subsídio para que o projeto seja melhorado. Cezar aponta que a maior procura pela Ilha Anchieta é para o checkout, em que os mergulhadores são inexperientes e acabam tocando o fundo e pergunta como será a regulamentação neste caso (exemplificando a Laje e Alcatrazes, onde é proibido o toque). Diego aponta que estão sendo pensadas operações de batismo e saídas de praia, onde o toque acaba sendo inevitável, e que podem ser pensadas áreas onde isso possa e não possa acontecer. Priscila expõe que esta atividade não é muito alarmante e que as ações imediatas de regramento estão sendo pensadas para as atividades predatórias que estão ocorrendo agora como o excesso de som e despejo de resíduos no mar. Cezar e Adriana comentam sobre muitos registros de espécies marinhas da Ilha Anchieta, que possuem das operações e se colocam à disposição para enviar. Cezar comenta que oferece desconto para manutenção de equipamentos de projetos ambientais. Priscila agradece a presença de todos e encerra a reunião.